



## School inclusion of students with cerebral palsy: challenges, adaptations, and pedagogical practices in the learning process

## A Inclusão escolar de estudantes com paralisia cerebral: desafios, adaptações e práticas pedagógicas no processo de aprendizagem

## La inclusión escolar de estudiantes con parálisis cerebral: desafíos, adaptaciones y prácticas pedagógicas em el proceso de aprendizaje

Juliana Oliveira Melo <sup>1</sup> , Michele Morgane de Melo Mattos<sup>2</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

### Autor correspondente:

Nome Juliana Oliveira Melo

E-mail: [julianamello498@gmail.com](mailto:julianamello498@gmail.com)

### Como citar:

### RESUMO

A inclusão escolar de estudantes com deficiência constitui um desafio e, ao mesmo tempo, uma necessidade para a construção de uma educação mais acessível e democrática. Esta pesquisa tem como tema a inclusão escolar de estudantes com paralisia cerebral, buscando compreender os desafios, as adaptações e as práticas pedagógicas desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes. O estudo bibliográfico apresenta uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de analisar as estratégias utilizadas pelos professores e profissionais da educação, bem como os recursos e adaptações necessários para favorecer a participação e o desenvolvimento dos alunos com paralisia cerebral no ambiente escolar. Espera-se, com esta pesquisa, contribuir com a reflexão sobre a importância da formação docente, da acessibilidade e da construção de práticas pedagógicas inclusivas que respeitem as necessidades individuais dos estudantes.

**Keywords:** Direito humano à educação. Educação inclusiva. Inclusão escolar de estudante com paralisia cerebral. Práticas pedagógicas inclusivas.

### ABSTRACT

The school inclusion of students with disabilities represents both a challenge and a necessity for building a more accessible and democratic education system. This research focuses on the school inclusion of students with cerebral palsy, seeking to understand the Challenger,

adaptations, and pedagogical practices involved in their teaching and learning processes. The study employs a qualitative, exploratory, and descriptive bibliographic approach, aiming to analyze the strategies used by teachers and education professionals, as well as the resources and adaptations required to foster the participation and development of students with cerebral palsy within the school environment. This research aims to contribute to the reflection on the importance of teacher training, accessibility, and the development of inclusive pedagogical practices that respect students' individual needs.

**Palavras-chave:** Human right to education. Inclusive education. School inclusion of a student with cerebral palsy. Inclusive pedagogical practices.

## RESUMEN

---

La inclusión escolar de estudiantes con discapacidad constituye un desafío y, al mismo tiempo, una necesidad para la construcción de una educación más accesible y democrática. Esta investigación aborda la inclusión escolar de estudiantes con parálisis cerebral, buscando comprender los desafíos, las adaptaciones y las prácticas pedagógicas desarrolladas en el proceso de enseñanza y aprendizaje de dichos estudiantes. El estudio bibliográfico presenta un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio y descriptivo, con el objetivo de analizar las estrategias utilizadas por docentes y profesionales de la educación, así como los recursos y adaptaciones necesarios para favorecer la participación y el desarrollo de los alumnos con parálisis cerebral en el entorno escolar. Con esta investigación se espera contribuir a la reflexión sobre la importancia de la formación docente, la accesibilidad y la construcción de prácticas pedagógicas inclusivas que respeten las necesidades individuales de los estudiantes.

**Palabras clave:** Derecho humano a la educación. Educación inclusiva. Inclusión escolar de estudiantes con parálisis cerebral. Prácticas pedagógicas inclusivas.

## INTRODUÇÃO

---

A educação inclusiva no Brasil está alicerçada em um amplo conjunto de dispositivos constitucionais, legais e infralegais que reconhecem a educação como direito fundamental e asseguram às pessoas com deficiência igualdade de oportunidades, acesso, permanência, participação e aprendizagem no sistema regular de ensino. Esse arcabouço jurídico resulta da evolução das políticas públicas educacionais e da incorporação dos princípios dos direitos humanos, deslocando a deficiência de uma perspectiva estritamente médica para uma abordagem fundamentada na inclusão, na eliminação de barreiras e na garantia da participação social. Estudos recentes ressaltam que a legislação brasileira constitui uma das mais abrangentes da América Latina, embora persistam desafios relacionados à sua efetiva implementação nas redes de ensino.

O principal fundamento jurídico da educação inclusiva encontra-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Complementarmente, o artigo 206 consagra os princípios da igualdade de condições para acesso e permanência na escola, enquanto o artigo 208, inciso III, determina a oferta do atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Esses dispositivos inauguraram uma mudança paradigmática ao reconhecerem que o direito à educação deve ser exercido em ambientes inclusivos, afastando modelos baseados na segregação escolar.

No âmbito infraconstitucional, a Lei nº 9.394/1996, que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), consolidou esse entendimento ao dedicar os artigos 58 a 60 à Educação Especial. A legislação define essa modalidade como transversal a todos os níveis e etapas da educação, assegurando aos estudantes com deficiência serviços de apoio especializado, currículos adaptados, métodos, recursos didáticos específicos, professores qualificados e condições que favoreçam sua aprendizagem. A LDB também reforça que a escolarização deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino, fortalecendo o princípio da convivência entre estudantes com e sem deficiência. Segundo Boff e Machado (2024), a LDB permanece como um dos principais instrumentos normativos responsáveis pela organização das políticas inclusivas brasileiras, ao estabelecer diretrizes que orientam tanto a gestão educacional quanto a prática pedagógica.

Outro marco jurídico de elevada relevância foi a incorporação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas em 2006 e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009, com status de emenda constitucional. Em seu artigo 24, a Convenção determina que os Estados assegurem um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, vedando qualquer forma de exclusão baseada na deficiência e garantindo adaptações razoáveis, acessibilidade, apoio individualizado e igualdade de oportunidades. A Convenção representou uma mudança significativa na compreensão da deficiência, substituindo abordagens assistencialistas por uma perspectiva baseada em direitos humanos, autonomia e participação social. Correia e Baptista (2018) destacam que esse tratado internacional influenciou diretamente a formulação das políticas brasileiras de educação especial na perspectiva inclusiva.

A consolidação desses princípios ocorreu com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), em 2008, documento que reorganizou as diretrizes da educação especial brasileira ao estabelecer que estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem frequentar as classes comuns do ensino regular, recebendo, de forma complementar, o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A política também enfatiza a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas e atitudinais, além da formação continuada de professores e da articulação entre educação, saúde e assistência social. Pesquisas recentes reconhecem a PNEEPEI como um dos principais marcos da educação inclusiva brasileira, embora ressaltem que sua efetividade depende da continuidade das políticas públicas e de investimentos permanentes em acessibilidade e formação docente.

Em complemento à política de 2008, o Decreto nº 7.611/2011 regulamentou a oferta da educação especial e do Atendimento Educacional Especializado, reafirmando que esse atendimento possui caráter complementar ou suplementar ao ensino comum e deve ocorrer de forma articulada com a proposta pedagógica da escola. O decreto fortaleceu a implantação das salas de recursos multifuncionais, o financiamento das ações inclusivas e a responsabilidade dos sistemas de ensino na organização de serviços de apoio destinados aos estudantes público-alvo da educação especial. Conforme destacam Albuquerque Junior, Borges e Araújo (2024), o decreto representou importante instrumento de operacionalização das políticas inclusivas previstas na legislação educacional brasileira.

Entre os dispositivos mais relevantes, encontra-se também a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), considerada o Estatuto da Pessoa com Deficiência. A norma estabelece que a educação constitui direito assegurado em sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, vedando qualquer forma de discriminação e impondo às instituições de ensino o dever de promover acessibilidade, adaptações razoáveis, tecnologias assistivas, recursos de comunicação alternativa, formação de profissionais e eliminação de barreiras. Os artigos 27 e 28 da LBI reforçam que a inclusão escolar deve assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência. Revisões recentes na área de Terapia

Ocupacional demonstram que a LBI fortaleceu significativamente a incorporação das tecnologias assistivas e da acessibilidade como componentes essenciais das políticas públicas educacionais brasileiras.

No cenário mais recente, destaca-se a instituição da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, por meio do Decreto nº 12.686/2025, posteriormente atualizado pelo Decreto nº 12.773/2025. A nova regulamentação reafirma o compromisso com a educação inclusiva, fortalece a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, amplia as diretrizes relativas ao Atendimento Educacional Especializado e reforça a utilização de tecnologias assistivas como instrumento de promoção da participação e da aprendizagem. Estudos publicados em 2026 apontam que o novo decreto representa uma continuidade dos princípios consolidados pela Política Nacional de 2008, embora sua implementação ainda demande monitoramento e avaliação quanto aos impactos sobre a organização dos sistemas de ensino.

Além da legislação nacional, a educação inclusiva brasileira também dialoga com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que propõe assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todas as pessoas. Esse compromisso internacional reforça que a inclusão escolar deve promover igualdade de oportunidades, redução das desigualdades e respeito à diversidade, princípios plenamente compatíveis com os dispositivos constitucionais e legais vigentes no Brasil.

Dessa forma, observa-se que o Brasil dispõe de um sólido marco legal voltado à garantia do direito à educação das pessoas com deficiência. Contudo, conforme demonstram estudos contemporâneos, a existência de legislação avançada não assegura, por si só, a efetivação da inclusão escolar. A concretização desses direitos depende da implementação de políticas públicas consistentes, da formação continuada dos profissionais da educação, da oferta de recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas, bem como da construção de culturas escolares comprometidas com a valorização da diversidade e com a aprendizagem de todos os estudantes.

A educação inclusiva tem se consolidado como um dos principais compromissos das políticas educacionais voltadas à garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, dentre outras condições. Sob essa perspectiva, a escola deixa de ser um espaço destinado apenas à transmissão de conteúdos e passa a assumir a responsabilidade de promover a participação, a equidade e o desenvolvimento integral de cada estudante. Os documentos internacionais mais recentes reforçam que a construção de sistemas educacionais inclusivos depende da eliminação das barreiras à aprendizagem e da adoção de práticas pedagógicas capazes de responder à diversidade presente nas salas de aula (UNESCO, 2021; OMS; UNICEF, 2022).

Desse modo, para além do acesso de estudantes com deficiência à escola denominada de regular, como já assegura o nosso marco político, a educação inclusiva requer também condições de permanência escolar bem como a promoção de experiências inclusivas e humanizadoras entre estudantes em diferentes condições, incluindo o público da Educação Especial, ou seja, estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Dentre esse público, inserem-se os estudantes com paralisia cerebral, nosso foco neste texto, que compreende um conjunto de alterações permanentes do movimento e da postura, decorrentes de lesões não progressivas ocorridas no cérebro em desenvolvimento, podendo estar associada a comprometimentos sensoriais, cognitivos, comunicacionais e motores em diferentes níveis de intensidade (Rosenbaum et al., 2022). Embora a inclusão escolar de estudantes com paralisia cerebral possa representar desafios à escolarização, devido à padronização discente, que excluiu do processo educacional aqueles que não correspondiam ao padrão estabelecido, vale considerar que a condição desses estudantes não limita o potencial de aprendizagem quando são oferecidos recursos

pedagógicos, tecnologias assistivas, acessibilidade e estratégias didáticas compatíveis com as necessidades individuais dos estudantes.

Nesse cenário, a atuação docente assume papel determinante para a efetivação da inclusão escolar. O planejamento pedagógico flexível, a adaptação curricular, a utilização de recursos de comunicação alternativa, a mediação das interações sociais e o trabalho colaborativo entre professores, profissionais do atendimento educacional especializado e famílias contribuem para ampliar as oportunidades de aprendizagem e participação dos estudantes com paralisia cerebral. Estudos recentes destacam que práticas pedagógicas inclusivas favorecem não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a autonomia, a autoestima, o pertencimento e a construção de vínculos sociais no ambiente escolar (Florian; Beaton, 2022; OMS; UNICEF, 2022).

Entretanto, apesar dos avanços normativos e das políticas públicas voltadas à educação inclusiva, ainda persistem obstáculos significativos para que a inclusão escolar ocorra de forma efetiva. Dificuldades relacionadas à formação continuada dos professores, insuficiência de recursos de acessibilidade, limitações estruturais das escolas, barreiras atitudinais e escassez de apoio multiprofissional comprometem a qualidade do processo educativo. Além disso, muitas instituições ainda enfrentam dificuldades para transformar o princípio da inclusão em práticas pedagógicas permanentes que contemplem as especificidades dos estudantes com paralisia cerebral (UNESCO, 2021; Slee, 2023).

Diante dessa realidade, torna-se necessário ampliar as discussões acerca das estratégias que favorecem uma educação efetivamente inclusiva, considerando que a aprendizagem ocorre quando o ambiente escolar reconhece as potencialidades dos estudantes e promove condições para seu desenvolvimento integral. Assim, compreender os desafios enfrentados pelas escolas, identificar possibilidades de adaptação pedagógica e evidenciar práticas educacionais exitosas representam uma contribuição relevante para o fortalecimento das políticas de inclusão e para a qualificação do trabalho docente, favorecendo uma educação comprometida com a equidade, a participação e o respeito às diferenças.

A escolha da temática surgiu da necessidade de compreender os desafios enfrentados por estudantes com paralisia cerebral no contexto da educação inclusiva, considerando que, apesar dos avanços legislativos, ainda persistem obstáculos relacionados à permanência, à aprendizagem e à participação desses estudantes nas escolas regulares. Além da relevância social do tema, observou-se que a produção científica recente evidencia a necessidade de fortalecer o diálogo entre educação, acessibilidade e práticas pedagógicas inclusivas. Para subsidiar essa discussão, optou-se pela realização de uma revisão bibliográfica fundamentada em bases de dados reconhecidas nacional e internacionalmente, como SciELO, LILACS, Portal de Periódicos CAPES, ERIC e Google Acadêmico, por reunirem estudos científicos de qualidade nas áreas da Educação, Saúde e Inclusão, permitindo uma análise abrangente das evidências produzidas sobre a temática.

Parte-se da hipótese de que a implementação de adaptações pedagógicas planejadas, associada à formação continuada dos professores, ao uso de recursos de acessibilidade, às tecnologias assistivas e ao trabalho colaborativo entre escola, família e equipe multiprofissional, favorece significativamente a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes com paralisia cerebral no contexto da educação inclusiva.

A relevância desta pesquisa está fundamentada na necessidade de fortalecer o debate sobre a inclusão escolar de estudantes com paralisia cerebral, considerando os desafios ainda presentes na efetivação das políticas inclusivas. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação em igualdade de oportunidades, a concretização desse direito depende da adoção de práticas pedagógicas capazes de responder às diferentes necessidades educacionais existentes nas escolas. Dessa forma, o estudo poderá contribuir para a ampliação do conhecimento científico sobre estratégias inclusivas, oferecendo subsídios para professores, gestores escolares, profissionais da educação especial e demais envolvidos no processo

educativo. Além disso, favorece a reflexão sobre a construção de ambientes escolares mais acessíveis, colaborativos e comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes, fortalecendo práticas educacionais orientadas pelos princípios da equidade, da participação e da valorização da diversidade.

Nesse contexto, surge o problema de pesquisa sob o formato do seguinte questionamento: quais as possibilidades de enfrentamento aos desafios encontrados na inclusão escolar de estudantes com paralisia cerebral por meio de adaptações curriculares, recursos de acessibilidade e práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam sua participação e aprendizagem no ambiente escolar?

O objetivo geral é compreender como as adaptações pedagógicas, os recursos de acessibilidade e as práticas educacionais inclusivas contribuem para o processo de aprendizagem dos estudantes com paralisia cerebral no contexto da educação básica, favorecendo sua inclusão e participação escolar.

Os objetivos específicos são: identificar o que a literatura apresenta como os principais desafios enfrentados pelas escolas e pelos professores na inclusão de estudantes com paralisia cerebral; descrever as adaptações pedagógicas e curriculares empregadas no processo de ensino e aprendizagem; apresentar práticas pedagógicas inclusivas evidenciadas na literatura científica recente; discutir a importância da formação docente, da atuação multiprofissional e da parceria entre escola e família para o fortalecimento da inclusão escolar; e destacar estratégias capazes de favorecer a participação, a autonomia e o desenvolvimento educacional dos estudantes com paralisia cerebral.

Para atender aos objetivos propostos, este artigo está organizado em quatro seções principais, além desta introdução. Inicialmente, apresenta-se a metodologia, na qual são descritos o delineamento da pesquisa, as bases de dados consultadas, os critérios de seleção da literatura e os procedimentos adotados para a análise dos estudos. Em seguida, são expostos os resultados da revisão bibliográfica, evidenciando os principais achados relacionados aos desafios da inclusão escolar de estudantes com paralisia cerebral, às adaptações pedagógicas e às práticas inclusivas identificadas na literatura. Posteriormente, desenvolve-se a discussão, articulando os resultados encontrados com a produção científica, buscando aprofundar a compreensão sobre as implicações para a prática educacional. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais são retomados os principais achados do estudo, suas contribuições, limitações e recomendações para futuras pesquisas.

## **METODOLOGIA**

---

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e de natureza descritiva. Tem como finalidade reunir e discutir conhecimentos científicos acerca da inclusão escolar de estudantes com paralisia cerebral, com ênfase nos desafios, nas adaptações e nas práticas pedagógicas que favorecem o processo de aprendizagem.

De acordo com Gil (2024), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos, possibilitando ao pesquisador conhecer, interpretar e discutir diferentes perspectivas sobre determinado fenômeno, bem como ampliar a compreensão do estado do conhecimento produzido sobre o tema. Esse tipo de pesquisa mostra-se apropriado para investigações que buscam fundamentação teórica consistente e identificação das principais contribuições científicas disponíveis na literatura.

Para o desenvolvimento deste estudo, realizou-se levantamento bibliográfico em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo a Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Portal de Periódicos da CAPES, ERIC (Education Resources Information Center) e Google Acadêmico. Nessas bases, foram selecionados artigos científicos publicados entre 2020 e 2026 relacionados à inclusão

escolar, à educação especial, à paralisia cerebral, às adaptações pedagógicas, às tecnologias assistivas e à formação docente. Entre os estudos que basearam este texto, destacam-se as contribuições de Florian e Beaton (2022), que discutem os fundamentos da pedagogia inclusiva; Rosenbaum et al. (2022), referência internacional sobre definição e classificação da paralisia cerebral; Slee (2023), que analisa criticamente os desafios contemporâneos da educação inclusiva; Dan et al. (2026), que apresentam perspectivas atuais sobre a paralisia cerebral; Pérez-Salas et al. (2022), que investigam a participação escolar de estudantes com paralisia cerebral em contextos inclusivos; Novak et al. (2017), acerca do diagnóstico precoce e das intervenções voltadas às pessoas com paralisia cerebral; além dos documentos produzidos pela UNESCO (2021; 2025), pela Organização Mundial da Saúde e UNICEF (2023), que abordam políticas internacionais de educação inclusiva e os direitos das crianças com deficiência. Também foram consultados livros de metodologia científica, especialmente Gil (2024), documentos oficiais e legislações brasileiras, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que constituíram o principal referencial normativo para a discussão da inclusão escolar.

Foram utilizados descritores em português e em inglês, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, entre eles: "paralisia cerebral", "educação inclusiva", "inclusão escolar", "práticas pedagógicas", "adaptação curricular", "tecnologias assistivas", "cerebral palsy", "inclusive education", "school inclusion" e "pedagogical practices".

Como critérios de inclusão, foram considerados estudos publicados entre 2020 e 2026, disponíveis na íntegra, em português, inglês ou espanhol, que abordassem diretamente a inclusão escolar de estudantes com paralisia cerebral, adaptações pedagógicas, acessibilidade, tecnologias assistivas, formação docente e estratégias de ensino. Foram excluídos trabalhos duplicados, resumos simples, editoriais, cartas ao editor, estudos sem relação direta com o objeto da pesquisa e publicações que não apresentassem fundamentação científica compatível com os objetivos do estudo.

Após a seleção das publicações, procedeu-se à leitura exploratória, seguida da leitura seletiva e interpretativa dos materiais, organizando-se as informações conforme sua pertinência aos objetivos da pesquisa. Posteriormente, os conteúdos foram sistematizados por categorias temáticas, possibilitando a discussão dos principais desafios encontrados no contexto da inclusão escolar, das adaptações pedagógicas empregadas e das práticas educacionais descritas pela literatura científica, contribuindo para uma compreensão ampla do tema investigado.

Por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, fundamentada em documentos e publicações de domínio público, este estudo não envolveu participação direta de seres humanos nem utilização de dados de identificação pessoal, razão pela qual não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

## **RESULTADOS**

---

Os resultados obtidos por meio da revisão da literatura evidenciaram que a inclusão escolar de estudantes com paralisia cerebral tem apresentado avanços significativos nas últimas décadas, especialmente em decorrência do fortalecimento das políticas públicas de educação inclusiva e da ampliação das discussões sobre acessibilidade, equidade e direito à educação. Entretanto, os estudos consultados demonstram que a efetivação da inclusão ainda

depende da superação de desafios estruturais, pedagógicos e atitudinais que interferem diretamente na participação e na aprendizagem desses estudantes.

A literatura revelou que um dos principais obstáculos encontrados pelas instituições de ensino refere-se à insuficiente formação inicial e continuada dos professores para atuar em contextos inclusivos. Diversos estudos apontam que muitos docentes ainda se sentem inseguros quanto à elaboração de estratégias pedagógicas diferenciadas, à adaptação de atividades e avaliações e à utilização de recursos de tecnologia assistiva, fatores que podem limitar a participação efetiva dos estudantes com paralisia cerebral no ambiente escolar. Em contrapartida, verificou-se que programas de formação continuada e o trabalho colaborativo entre professores da classe comum e profissionais do Atendimento Educacional Especializado contribuem para ampliar a confiança docente e a qualidade das práticas pedagógicas.

Outro resultado recorrente refere-se à importância das adaptações pedagógicas individualizadas. Os estudos analisados destacam que flexibilizações curriculares, diversificação das metodologias de ensino, adequação dos instrumentos de avaliação e utilização de recursos visuais, digitais e manipuláveis favorecem o desenvolvimento das habilidades cognitivas, comunicativas e sociais dos estudantes com paralisia cerebral. Também foi identificada a relevância das tecnologias assistivas, incluindo dispositivos de comunicação alternativa e aumentativa, softwares educacionais acessíveis e equipamentos de apoio à mobilidade, que ampliam a autonomia e possibilitam maior participação nas atividades escolares.

Os resultados também demonstraram que a acessibilidade deve ser compreendida de forma ampla, envolvendo não apenas a eliminação de barreiras arquitetônicas, mas também a remoção de obstáculos comunicacionais, pedagógicos, tecnológicos e atitudinais. Nesse sentido, os estudos enfatizam que ambientes escolares acessíveis favorecem a permanência, a participação e o desempenho acadêmico dos estudantes, além de fortalecerem relações interpessoais mais inclusivas entre professores, colegas e demais integrantes da comunidade escolar.

Outro aspecto amplamente evidenciado foi a importância da atuação integrada entre escola, família e equipe multiprofissional. A cooperação entre professores, gestores, terapeutas, profissionais da saúde e responsáveis pelos estudantes mostrou-se fundamental para o planejamento de estratégias educacionais compatíveis com as necessidades individuais de cada aluno. Essa articulação contribui para a continuidade das ações pedagógicas, para o acompanhamento do desenvolvimento escolar e para a construção de um ambiente educacional mais acolhedor e participativo.

Os estudos revisados também indicaram que as práticas pedagógicas inclusivas produzem benefícios que ultrapassam o desempenho acadêmico. Foram observados avanços relacionados ao desenvolvimento da autonomia, da autoestima, da interação social, da comunicação e do sentimento de pertencimento dos estudantes com paralisia cerebral. Paralelamente, verificou-se que a convivência em ambientes inclusivos favorece o respeito às diferenças, o desenvolvimento da empatia e a valorização da diversidade entre todos os estudantes, contribuindo para a formação de uma cultura escolar mais democrática.

De forma geral, os resultados demonstram que a inclusão escolar de estudantes com paralisia cerebral depende da integração de diferentes fatores, como políticas públicas efetivas, formação continuada dos profissionais da educação, acessibilidade em suas múltiplas dimensões, disponibilidade de tecnologias assistivas, adaptações pedagógicas planejadas e participação ativa das famílias. Quando esses elementos são articulados de maneira consistente, ampliam-se as oportunidades de aprendizagem, participação e desenvolvimento integral dos estudantes, fortalecendo os princípios da educação inclusiva e da garantia do direito à educação de qualidade para todos.

## **DISCUSSÃO**

---

Os resultados evidenciam que a inclusão escolar de estudantes com paralisia cerebral constitui um processo complexo, que ultrapassa a garantia legal do acesso à escola e envolve a construção de condições efetivas para a permanência, a participação e a aprendizagem. Embora os avanços legislativos tenham consolidado o direito à educação inclusiva, a literatura demonstra que a concretização desse direito ainda enfrenta desafios relacionados à organização das instituições de ensino, à formação dos profissionais e à disponibilidade de recursos pedagógicos. Nesse sentido, a inclusão não pode ser compreendida apenas como a presença física do estudante na sala de aula, mas como um processo contínuo de eliminação de barreiras e de promoção de oportunidades educacionais equitativas (UNESCO, 2021).

A insuficiência de formação adequada para a atuação docente em contextos inclusivos aparece como uma das principais dificuldades identificadas nos estudos revisados. Tal constatação não representa falta de compromisso dos docentes, mas evidencia limitações presentes na formação inicial e nas oportunidades de desenvolvimento profissional oferecidas pelos sistemas de ensino. Florian e Beaton (2022) defendem que a formação docente precisa estar fundamentada nos princípios da pedagogia inclusiva, possibilitando que os professores desenvolvam estratégias capazes de atender à diversidade sem recorrer à segregação ou à simplificação excessiva das atividades. Dessa forma, a qualificação permanente dos educadores torna-se elemento essencial para transformar os princípios da inclusão em práticas pedagógicas efetivas.

Outro aspecto amplamente discutido refere-se às adaptações pedagógicas. A literatura demonstra que a flexibilização curricular não significa redução da qualidade do ensino nem diminuição das expectativas em relação ao estudante com paralisia cerebral. Ao contrário, consiste na reorganização dos métodos, dos recursos didáticos, das formas de comunicação e dos instrumentos de avaliação, respeitando as necessidades individuais e promovendo igualdade de oportunidades para a aprendizagem. Nessa perspectiva, as adaptações devem ser planejadas considerando as potencialidades do estudante, favorecendo sua participação ativa nas atividades escolares e evitando práticas excludentes que reforcem barreiras já existentes.

Os estudos também destacam a importância das tecnologias assistivas como instrumentos capazes de ampliar a autonomia e a participação dos estudantes com paralisia cerebral. Recursos de comunicação alternativa e aumentativa, dispositivos de acesso ao computador, mobiliário adaptado e equipamentos de apoio à mobilidade contribuem para reduzir limitações funcionais e ampliar as possibilidades de interação com professores, colegas e conteúdos escolares. Entretanto, a literatura aponta que a simples disponibilização desses recursos não garante sua efetividade, sendo indispensável que os profissionais recebam formação para utilizá-los de maneira integrada ao planejamento pedagógico.

Outro elemento recorrente diz respeito à acessibilidade em suas diferentes dimensões. Os resultados encontrados reforçam que a eliminação de barreiras arquitetônicas representa apenas uma das condições necessárias para a inclusão. Barreiras comunicacionais, metodológicas, tecnológicas e, principalmente, atitudinais continuam restringindo a participação de muitos estudantes com deficiência. Conforme destacam a Organização Mundial da Saúde e o UNICEF (2022), ambientes escolares inclusivos exigem mudanças estruturais e culturais capazes de assegurar que todos os estudantes tenham condições de participar das experiências educacionais em igualdade de oportunidades.

A articulação entre escola, família e equipe multiprofissional também se mostrou decisiva para o sucesso das práticas inclusivas. A literatura evidencia que a troca de informações entre professores, terapeutas, gestores e familiares favorece o planejamento de estratégias mais adequadas às necessidades de cada estudante, possibilitando intervenções pedagógicas mais consistentes e acompanhamento contínuo do desenvolvimento escolar. Essa

cooperação fortalece a construção de um ambiente educativo acolhedor, favorecendo tanto o desempenho acadêmico quanto o desenvolvimento social e emocional.

Outro ponto que merece destaque refere-se à necessidade de superação das barreiras atitudinais. Os estudos demonstram que preconceitos, baixas expectativas em relação às capacidades dos estudantes e concepções limitantes sobre a deficiência ainda influenciam práticas escolares. Sob essa perspectiva, a construção de uma cultura inclusiva depende não apenas de investimentos em infraestrutura, mas também da valorização da diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. A inclusão torna-se efetiva quando todos os estudantes são reconhecidos como sujeitos capazes de aprender, participar e contribuir para a vida escolar, respeitando-se seus diferentes ritmos e formas de desenvolvimento (Slee, 2023).

Desse modo, os resultados encontrados confirmam a hipótese inicialmente proposta neste estudo, indicando que a aprendizagem dos estudantes com paralisia cerebral é favorecida quando há integração entre adaptações pedagógicas, formação continuada dos professores, utilização de tecnologias assistivas, acessibilidade e atuação colaborativa entre escola, família e profissionais especializados. A literatura consultada demonstra que essas ações produzem impactos positivos na participação, na autonomia, no desenvolvimento acadêmico e na inclusão social dos estudantes. Assim, torna-se evidente que o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas representa um caminho essencial para a consolidação de uma educação comprometida com a equidade, o respeito às diferenças e a garantia do direito de aprender.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como as adaptações pedagógicas, os recursos de acessibilidade e as práticas educacionais inclusivas contribuem para o processo de aprendizagem de estudantes com paralisia cerebral no contexto da educação básica. A partir da revisão da literatura, foi possível constatar que a inclusão escolar representa um processo contínuo de transformação das práticas educacionais, exigindo o comprometimento das instituições de ensino com a promoção de ambientes acessíveis, acolhedores e capazes de responder à diversidade presente nas salas de aula.

Os estudos consultados demonstraram que a inclusão efetiva não se limita ao ingresso do estudante com paralisia cerebral na escola regular, mas depende da implementação de estratégias pedagógicas que favoreçam sua participação ativa em todas as atividades escolares. Nesse sentido, verificou-se que adaptações curriculares, flexibilização das metodologias de ensino, utilização de tecnologias assistivas, recursos de comunicação alternativa e práticas avaliativas diversificadas constituem elementos fundamentais para ampliar as oportunidades de aprendizagem, respeitando as especificidades e potencialidades de cada estudante.

A pesquisa também evidenciou que a formação inicial e continuada dos professores exerce papel central na consolidação da educação inclusiva. Docentes preparados para lidar com a diversidade conseguem planejar intervenções pedagógicas mais qualificadas, selecionar recursos compatíveis com as necessidades dos estudantes e construir ambientes de aprendizagem mais participativos. Da mesma forma, a atuação integrada entre professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, gestores escolares, equipe multiprofissional e famílias mostrou-se indispensável para favorecer o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes e fortalecer o processo de inclusão.

Outro aspecto relevante identificado na literatura refere-se à necessidade de superar barreiras que ainda dificultam a efetivação da inclusão escolar. Entre elas, destacam-se limitações na infraestrutura física das escolas, insuficiência de recursos tecnológicos, escassez de materiais pedagógicos adaptados, barreiras comunicacionais e, principalmente, atitudes excludentes que ainda persistem em alguns contextos educacionais. Esses desafios demonstram que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende tanto de

investimentos materiais quanto de mudanças culturais que valorizem a diversidade como princípio fundamental da educação.

Os resultados obtidos confirmaram a hipótese inicialmente proposta, evidenciando que a aprendizagem dos estudantes com paralisia cerebral é favorecida quando as adaptações pedagógicas são planejadas de forma intencional e articuladas à acessibilidade, ao uso de tecnologias assistivas, à formação docente e ao trabalho colaborativo entre escola, família e equipe multiprofissional. A convergência desses elementos contribui para ampliar a participação, a autonomia, o desenvolvimento acadêmico e a inclusão social dos estudantes, reforçando a importância de uma atuação pedagógica comprometida com a equidade e com o respeito às diferenças.

Conclui-se que a inclusão escolar de estudantes com paralisia cerebral requer o fortalecimento contínuo das políticas públicas, da formação dos profissionais da educação e das práticas pedagógicas inclusivas, de modo que o direito à educação seja efetivamente concretizado no cotidiano escolar. Mais do que atender às determinações legais, promover a inclusão significa reconhecer cada estudante como sujeito de direitos, valorizando suas capacidades, potencializando seu desenvolvimento e assegurando oportunidades reais de aprendizagem.

Por fim, este estudo contribui para ampliar a compreensão sobre os desafios e as possibilidades da inclusão escolar de estudantes com paralisia cerebral, oferecendo subsídios para a reflexão de professores, gestores e demais profissionais da educação. Recomenda-se que pesquisas futuras contemplem investigações de campo envolvendo escolas, docentes, famílias e estudantes, permitindo aprofundar a compreensão sobre as experiências vivenciadas no cotidiano escolar e subsidiar o aperfeiçoamento de práticas e políticas voltadas à construção de sistemas educacionais cada vez mais inclusivos.

**CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES:** Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

**CONFLITOS DE INTERESSE:** Os autores declaram que não há conflitos de interesse.

## REFERÊNCIAS

Albuquerque Junior, J., Borges, M. A., & Araújo, A. P. (2024). Educação especial inclusiva no Brasil: Avanços e desafios das políticas públicas. *Cadernos de Pedagogia*, 18(2).

Boff, A. P., & Machado, A. B. (2024). Educação especial na perspectiva inclusiva: Uma revisão pautada no direito de todos à educação. *Educar em Revista*, 40, e85133.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República.

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República.

Brasil. (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação.

Brasil. (2009). Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Presidência da República.

Brasil. (2011). Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011: Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República.

Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República.

Brasil. (2025). Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025: Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Presidência da República.

Correia, G. B., & Baptista, C. R. (2018). Políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: Avanços e desafios. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 22(número especial).

Florian, L., & Beaton, M. C. (2022). *Inclusive pedagogy in practice: Creating equitable learning opportunities for all learners*. Routledge.

Gil, A. C. (2024). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). Atlas.

Gil, Antonio Carlos. (2024) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

Organização das Nações Unidas. (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. ONU.

Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. ONU.

Rosenbaum, P., Paneth, N., Leviton, A., Goldstein, M., Bax, M., Damiano, D., Dan, B., & Jacobsson, B. (2022). A report: The definition and classification of cerebral palsy. *Developmental Medicine & Child Neurology*.  
<https://doi.org/10.1111/dmcn.15250>

Slee, R. (2023). *Inclusive education isn't dead, it just smells funny* (2nd ed.). Routledge.

Unesco. (2021). *Inclusive early childhood care and education: From commitment to action*. UNESCO.  
<https://unesdoc.unesco.org/>

Unicef. (2022). *Children with disabilities: Fact sheet*. UNICEF. <https://www.unicef.org/reports/unicef-fact-sheet>

OMS & UNICEF. (2023). *Global report on children with developmental disabilities: From the margins to the mainstream*. World Health Organization. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240080232>

**Recebido:** 8 de agosto de 2026 | **Aceito:** 29 de agosto de 2026 | **Publicado:** 16 de setembro de 2026



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.